

COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZÉNS GERAIS

CNPJ/MF 61.145.488/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2014. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 <i>(Em milhares de Reais)</i>			
Ativos	Nota	2014	2013
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.012	466
Contas a receber de clientes	6	2.565	1.932
Estoques	7	1.640	1.517
Impostos e contribuições a recuperar		5.265	1.383
Adiantamentos a fornecedores		448	35
Outras contas a receber	8	51.872	302
Total do ativo circulante		<u>121.902</u>	<u>5.635</u>
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	9	1.705	–
Depósitos judiciais	13	13.544	12.797
Imobilizado	10	223.920	197.220
Total do ativo não circulante		<u>239.169</u>	<u>210.017</u>

Passivos			
Passivo circulante	Nota	2014	2013
Fornecedores	11	96.764	7.412
Empréstimos e financiamentos	12	8.517	2.342
Obrigações sociais e trabalhistas		3.964	4.067
Impostos e contribuições a recolher		578	775
Adiantamentos de clientes		91	–
Dividendos a pagar	15	4.881	1.057
Outras contas a pagar		369	238
Total do passivo circulante		<u>115.162</u>	<u>15.891</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	59.082	45.346
Impostos e contribuições a recolher		565	675
Provisões para contingências	13	14.885	14.167
Operações de mútuo	15	68.557	37.202
Passivo fiscal diferido	9	–	15.221
Total do passivo não circulante		<u>143.089</u>	<u>112.611</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		20.726	20.726
Reserva legal		3.908	2.881
Retenção de lucros		64.096	40.384
Ajuste de avaliação patrimonial		14.090	23.159
Total do patrimônio líquido	17	<u>102.820</u>	<u>87.150</u>
Total dos passivos		<u>258.251</u>	<u>128.502</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>361.071</u>	<u>215.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 <i>(Em milhares de Reais)</i>						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 2012	20.726	2.658	33.008	27.365	–	83.757
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.450	4.450
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	223	–	–	(223)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.057)	(1.057)
Retenção de lucro	–	–	7.376	–	(7.376)	–
Realização do custo atribuído	–	–	–	(4.206)	4.206	–
Em 2013	20.726	2.881	40.384	23.159	–	87.150
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	20.551	20.551
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	1.027	–	–	(1.027)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(4.881)	(4.881)
Retenção de lucro	–	–	23.712	–	(23.712)	–
Realização do custo atribuído	–	–	–	(9.069)	9.069	–
Em 2014	20.726	3.908	64.096	14.090	–	102.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede na capital de São Paulo, possui como atividade preponderante a comercialização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 13 de junho de 2014.
b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e do imobilizado com adoção do custo atribuído, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros; e • Nota explicativa 16 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material ao próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3 - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa 13 - Provisão para contingências; e • Nota explicativa 24 - Benefícios a empregados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário.
a. Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:* Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas médias de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras.
b. Instrumentos financeiros: *(i) Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor *(ii) Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia descontinua um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
(iii) Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido, se deliberado antes do fim do exercício.
c. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras contas operacionais no resultado.
(ii) Custos subsequentes: O custo de um componente do imobilizado é reconhecido no resultado quando o custo total seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%	5,70%
Veículos	10,11%	10,11%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,83%	2,83%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.
d. Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição até o fim do exercício.
e. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras contas operacionais no resultado.
(ii) Custos subsequentes: O custo de um componente do imobilizado é reconhecido no resultado quando o custo total seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%	5,70%
Veículos	10,11%	10,11%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,83%	2,83%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.
d. Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição até o fim do exercício.
e. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras contas operacionais no resultado.
(ii) Custos subsequentes: O custo de um componente do imobilizado é reconhecido no resultado quando o custo total seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%	5,70%
Veículos	10,11%	10,11%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,83%	2,83%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.
d. Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição até o fim do exercício.
e. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras contas operacionais no resultado.
(ii) Custos subsequentes: O custo de um componente do imobilizado é reconhecido no resultado quando o custo total seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%	5,70%
Veículos	10,11%	10,11%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,83%	2,83%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.
d. Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição até o fim do exercício.
e. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras contas operacionais no resultado.
(ii) Custos subsequentes: O custo de um componente do imobilizado é reconhecido no resultado quando o custo total seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%	5,70%
Veículos	10,11%	10,11%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,83%	2,83%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.
d. Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição até o fim do exercício.
e. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras contas operacionais no resultado.
(ii) Custos subsequentes: O custo de um componente do imobilizado é reconhecido no resultado quando o custo total seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%	5,70%
Veículos	10,11%	10,11%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,83%	2,83%

do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
f. Benefícios a empregados: *(i) Plano de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.
(ii) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
(iii) Benefícios pós-emprego: Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são avaliados a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e as provisões são reconhecidas, caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações desses benefícios são apresentadas na nota explicativa 24.
g. Arrendamentos: **i. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado do exercício pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento.
ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento: No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.
f. Provisões: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.
i. Receita operacional: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados.
J. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, e variações a débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos.
k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro anual tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto antirido é mensurado pelas alíquotas esperadas a serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem baseando-se nos leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

★ continuação

Risco de crédito: A Companhia não apresenta exposição a risco de crédito por região geográfica, e, suas transações são realizadas substancialmente com partes relacionadas, adicionalmente, não existem títulos vencidos na composição do contas a receber.

	2014	2013			
Depósitos à vista	373	461			
Aplicações financeiras	59.631	–			
Contas a receber de clientes	2.565	1.932			
Adiantamentos a fornecedores	448	35			
Outras contas a receber	51.972	302			

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. **Risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2014						
Fornecedores	96.764	96.764	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	67.599	4.286	4.231	8.461	22.949	27.672
Outras contas a pagar	369	369	–	–	–	–

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2013						
Fornecedores	7.412	7.412	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	47.688	591	1.751	5.925	16.420	23.001
Outras contas a pagar	238	238	–	–	–	–

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, e alguns saldos a receber e a pagar, todos denominados em reais. A Administração avalia regularmente a contratação de operações de hedge (*Non-Deliverable Forwards*) como instrumento para redução desses riscos. **Instrumentos de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumento financeiro vinculado a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Valor justo:** *Valor justo versus valor contábil:* Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		2014	2013				
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado

Ativos:					
Depósitos à vista	373	373	461	461	
Aplicações financeiras	59.631	59.631	–	–	
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	2.565	2.565	1.932	1.932	
Outras contas a receber	51.972	51.972	302	302	

Passivos designados pelo valor justo por meio do resultado

Fornecedores	96.764	96.764	7.412	7.412
Empréstimos e financiamentos	67.599	67.599	47.688	47.688
Operações de mútuo	68.557	68.557	37.202	37.202
Adiantamentos de clientes	91	91	–	–
Dividendos a pagar	4.881	4.881	1.057	1.057

Hierarquia de valor justo: A seguir, uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.
• **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
• **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
e • **Mensurações de valor justo de Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Não há instrumentos financeiros agrupados neste nível.

2014		Nível 1	Nível 2
Ativo			
Depósitos à vista		373	–
Aplicações financeiras		–	59.631
2013		Nível 1	Nível 2
Ativos			
Depósitos à vista		461	–
15. Partes relacionadas	Nota	2014	2013
Ativo circulante			
Contas a receber			
Copersucar S.A.		–	662
Copersucar Trading A.V.V.		252	–
Cooperativa	6	–	1.270
		<u>252</u>	<u>1.932</u>

Passivo circulante			
Fornecedores			
Copersucar S.A.		20.610	–
Copersucar Trading A.V.V.		58.390	–
	11	<u>79.000</u>	<u>–</u>

Adiantamento de Clientes			
Copersucar S.A.		15	–
Dividendos			
Copersucar S.A.		4.881	1.057
Passivo não circulante			
Mútuo			
Copersucar S.A.		68.557	37.202
Venda de serviços			
Cooperativa		22.565	41.125
Copersucar S.A.		2.417	5.308
Copersucar Trading A.V.V.		<u>39.790</u>	<u>30.275</u>
		64.772	76.708

Financeiro - Juros			
Copersucar S.A.		(3.564)	(2.717)
		(3.564)	(2.717)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES EXERCÍCIOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Arrepar Participações S.A., Copersucar Armazéns Gerais S.A., Copersucar Trading A.V.V. e Copersucar S.A.) e referem-se basicamente a: **Vendas de serviços** - Operações de vendas de serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àqueles realizados com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. **Valores ativos** - Conta movimento refere-se a reembolso de despesas com a parte relacionada; e **Valores passivos** - (a) Adiantamentos recebidos para fornecimento e serviços; (b) Dividendos a pagar para controladoras diretas; (c) Contratos de mútuo com a controladora com taxas normais de mercado. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pelas partes relacionadas:

Tomadora	Banco	Vencimento	Valor
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Bradesco	2016	1.493 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Banco do Brasil	2016	1.495 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Banco do Brasil	2022	42.393 (b)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Banco do Brasil	2022	<u>22.218</u> (b)
			<u>67.599</u>

Os empréstimos são garantidos por avais e alienação fiduciária de bens: (a) Cooperativa e (b) Copersucar S.A. **Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. foi contratada por Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A., Arrepar Participações S.A. e Cooperativa para prestação de serviços de armazenagem, embarque de açúcar VHP a granel e açúcar cristal ensacado para exportação em sistema de *pool* no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) toneladas de açúcar a granel e de 144.000 (cento e quarenta e quatro mil) toneladas de açúcar cristal ensacado, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total será embarcada em até 31 de março de 2015.

16. Arrendamento mercantil operacional

Arrendamento como arrendatário: Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2014	2013
Até um ano	3.474	3.301
Acima de um ano - até cinco anos	16.002	14.954
Mais de cinco anos	<u>127.442</u>	<u>118.638</u>
Total	146.918	136.893

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional os montantes de R\$ 3.030 em 2014 (R\$ 3.116 em 2013). A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até março de 2036. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

17. Patrimônio líquido

O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 20.726 em 31 de março de 2014 e 2013, representado por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Reserva de lucros:
• *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
• *Reserva de retenção de lucros:* Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2014 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas.
Ajuste de avaliação patrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de abril de 2009. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem.
Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei.

18. Receitas líquidas

A receita operacional corresponde a R\$ 70.833 em 2014 (R\$ 84.561 em 2013). Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2014	2013
Receita bruta	75.540	91.813
Menos:		
Impostos sobre serviços	<u>(4.707)</u>	<u>(7.252)</u>
	70.833	84.561
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

19. Outras receitas

Indenizações	10.560	–
Retenção de provisões ações judiciais trabalhistas	277	241
Outras receitas	–	115
Total	10.837	356

20. Outras despesas

Provisão de passivo (tributário e ações trabalhistas)	(525)	(532)
Processos judiciais	(319)	–
Outras despesas	(4)	(107)
Total	(848)	(639)
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

21. Financeiras líquidas

Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	540	150
Variação cambial de clientes	170	70
	710	220

Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.398)	(3.209)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(2)	(3)
Corretagem despesas bancárias	–	(138)
Imposto sobre operações financeiras e mútuo	(753)	(153)
Outras despesas	(331)	(820)
	(6.484)	(4.323)
	<u>(5.774)</u>	<u>(4.103)</u>

Total do resultado financeiro líquido

(Em milhares de reais)

22. Despesas por natureza

Despesas por natureza	2014	2013
Despesas com material	(4.602)	(5.393)
Despesas com pessoal	(30.560)	(26.504)
Depreciação e amortização	(3.555)	(8.574)
Gastos gerais com aluguéis e manutenção	(7.985)	(8.509)
Gastos gerais com serviços logísticos	(13.321)	(10.414)
Outros gastos gerais	(11.859)	(11.703)
	(71.882)	(71.097)
	<u>(71.882)</u>	<u>(71.097)</u>

Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	2014	2013
Administrativas e gerais	(68.254)	(68.157)
	(3.628)	(2.940)
	(71.882)	(71.097)

23. Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
--	-------------	-------------

Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	3.166	9.078
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(1.053)	(3.063)
Adições permanentes:		
Outras	(156)	(56)
Exclusões permanentes:		
Receita de sinistro	18.594	–
Outras	–	(1.509)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	17.385	(4.628)
Alíquota efetiva	–	51%
Impostos correntes	459	(3.724)
Impostos diferidos	<u>16.926</u>	<u>(904)</u>

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Administração da Companhia está analisando eventuais impactos decorrentes de mencionada Lei.

24. Benefícios a empregados

A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica (subsídio cruzado):** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica padrão, onde não há contribuição mensal dos funcionários, a exceção se dá quando há opção por um plano diferenciado, neste caso o funcionário arca com o acréscimo do custo mensal. Nesse sentido, de acordo com a Lei 9.656/98, é previsto para funcionários que exerçam tal contribuição, que em caso de aposentadoria, deixem sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes para os funcionários ativos, desde que o funcionário que tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas acima, assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos:
• *Demitidos sem justa causa ou exonerados:* O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses.
• *Aposentados:* Para funcionários com vínculo de 10 anos ou mais: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, pelo tempo que desejar. Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por Companhia terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes.
Seguro de vida: Para os empregados incluídos neste benefício até 2005 e que se aposentaram na Companhia Auxiliar, a Companhia paga o prêmio do seguro à Seguradora. Em caso de morte do segurado o pagamento do capital segurado ao beneficiário é realizado pela seguradora. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado parcialmente durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais. Para a realização dos cálculos, as premissas abaixo foram utilizadas para este benefício:

Variáveis	Premissa
Frequência	1
Idade média	66
Expectativa de sobrevida	18,90
Prêmio médio mensal	99,63

a) Método de avaliação atuarial: O método utilizado no cálculo atuarial foi o método do crédito unitário projetado. Esse método determina um custo, relativo ao benefício futuro a que o participante terá direito, a ser acumulado durante o seu período de atividade até que se torne elegível ao benefício.

b) Premissas e hipóteses atuariais: As hipóteses biométricas e financeiras apresentadas abaixo foram utilizadas na avaliação atuarial:

Mortalidade geral	AT - 2000
Mortalidade de inválidos	N/A
Entrada em invalidez	N/A
Taxa de rotatividade	N/A
Taxa esperada de inflação	5,70% a.a.
Taxa nominal de desconto	10,20% a.a.
Crescimento nominal de custos com seguro de vida	7,81% a.a.
Crescimento nominal de renda vitalícia	5,70% a.a.

Plano de contribuição definida: As despesas com o plano de contribuição definido vigente atualmente totalizaram R\$ 120 no ano de 2014 (R\$ 108 em 2013).

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 191.000 (R\$ 455.002 em 2013), referindo-se a danos materiais e R\$ 20.000 a responsabilidade civil.

		DIRETORIA	
	Luís Roberto Pogetti - Diretor Presidente	Soren Hoed Jensen - Diretor	
	Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente	Alexandre de Mattos Setten - Diretor	Contador - Carlos Cavalcante Guimarães - CRC -TC 1SP194441/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio José Biason

Contador CRC 1SP144806/O-7
Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

São Paulo, 13 de junho de 2014